

TOTALITARISMO, DEMOCRACIA E SEGURANÇA NACIONAL

GENERAL JUAREZ TÁVORA

O mundo comunista e totalitário, em geral, não garante sua própria segurança porque esta não depende só de fatores político-administrativos, mas também de fatores psico-sociais. E não é seguro o regime de um povo que tem pão, mas não tem liberdade. O mundo ocidental só poderá realizar o ideal de segurança nacional se modificar os três estatutos que a comprometem: o monopólio capitalista, o imperialismo econômico, o colonialismo político. Porque não é seguro o regime de povos que têm liberdade, mas não têm pão.

A SEGURANÇA NACIONAL conceitua-se modernamente como — “o grau relativo de garantia que, através de ações político-administrativas (aí incluídas as de natureza militar), econômico-financeiras e psico-sociais (aqui englobadas as atividades técnico-científicas), um Estado pode proporcionar, em determinada época, à Nação que jurisdiciona para a conquista e manutenção de seus objetivos vitais, a despeito dos antagonismos existentes”.

Envolve essa conceituação, direta ou indiretamente, tôdas as atividades do Estado-Nação:

a) as ligadas ao campo político-administrativo, tais como,

— de um lado, as relações internas de podêres, a organização, preparo e emprêgo das fôrças armadas, a normaçoão, execuçoão e correçoão de tôdas as atividades internas,

— e, de outro lado, a manutenção, no setor externo, do respeito à soberania nacional e do prestígio internacional da naçoão, inclusive pelo emprêgo da fôrça, se fôr mister;

b) as integrantes do complexo econômico-financeiro, tais como a produçoão (primária e industrial) e seus fatores de infraestruturra (energia e transportes), o comércio, a elaboração e a execuçoão orçoamentárias, o contrôlle da moeda e do crédito;

c) finalmente, as que se inscrevem no campo psico-social, tais como os fatores morais e psicológicos, a educaçoão e a cultura, a saúde pública, a aplicaçoão da justiça e as garantias individuais, as relações de trabalho, a previdência e a assistência sociais.

Para conseguir, com mais presteza e eficiência, um grau tolerável de segurança, sem grave prejuízo do bem-estar social dos indivíduos, deve o Estado desenvolver harmônicamente os três campos globais de suas atividades, de forma a serem obtidos:

a) os instrumentos e normas de ação políticos adequados à realizaçoão democrática dos fins que lhe são específicos;

b) um possante desenvolvimento econômico, capaz de permitir a disponibilidade dos meios materiais necessários a essa realizaçoão;

c) a aplicaçoão escrupulosa e eficiente dos meios materiais disponíveis no campo econômico, pelos instrumentos de ação do Estado, para a realizaçoão e manutenção do bem comum da naçoão (aí incluída a Segurança Nacional), e do maior bem-estar social possível dos seus cidadãos — já que isso constitui as finalidades essenciais do Estado.

Paralelamente, impõem-se algumas providências de ordem interna, tendentes a eliminar ou atenuar omissões, injustiças e deformaçoões que, dificultando o processamento harmônico das atividades privadas e o seu necessário entrosamento com as atividades do Estado, podem comprometer a solidez da segurança nacional.

A meu ver, os desequilíbrios que ora sacodem e dividem o mundo têm sua origem nessas omissões, injustiças e defor-

mações que presidem a ordenação e a coordenação das atividades e relações governamentais e privadas, tanto no campo político, como no complexo econômico-social.

As condições de equilíbrio necessárias à ordenação dessas atividades e relações, em cada um dos campos considerados, não são fáceis de traduzir sinteticamente; e mais difícil, ainda, será resumir as providências exigidas para alcançá-las.

Ouso, contudo, afirmar que, dentro de cada nação, o caminho mais viável para corrigir os desajustamentos e contradições existentes é o balizado pelas três seguintes equações gerais de equilíbrio:

I — conciliar, no campo político, a liberdade com a ordem;

II — subordinar, no campo econômico, a iniciativa privada ao bem comum;

III — harmonizar, no campo social, as crescentes concessões feitas ao trabalho, com as exigências, também crescentes, da produtividade geral.

Complementarmente, é mister definir e respeitar a hierarquia natural existente entre êsses três campos, de acôrdo com os seguintes princípios da doutrina social do cristianismo:

I — o indivíduo não foi feito para servir à sociedade, mas esta organizada para servir ao indivíduo, permitindo-lhe a plena realização de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais;

II — a sociedade não foi constituída para servir ao Estado, mas, ao contrário, êste foi organizado como simples instrumento jurídico-político para servir àquela, possibilitando-lhe as tarefas essenciais de realização do bem comum da coletividade e do bem-estar social dos indivíduos;

III — nessas condições, a organização político-administrativa do Estado e a ordenação e o desenvolvimento do campo econômico-financeiro devem encarar-se como simples instrumentos e meios para a realização do bem comum da sociedade e do bem-estar social dos indivíduos, dentro de cada nação, e não como fins, em si mesmos.

Nessas distinções residem — é bom repeti-lo — os antagonismos irredutíveis entre a democracia e o totalitarismo.

Cabe-nos indagar, agora: no mundo ideològicamente bipartido de nossos dias, qual dos dois grupos estará melhor aparelhado para realizar a justa aspiração de equilíbrio por que anseia a humanidade — a democracia ou o totalitarismo? — o socialismo marxista ou o capitalismo individualista?

Não creio que o socialismo marxista, pôsto nos tórmos políticos que presidem atualmente ao seu desenvolvimento, sob regime totalitário, resolva satisfatòriamente o problema.

Com efeito. Há, aí, no domínio político, uma contradição insanável sòbre os conceitos de liberdade e de ordem — pelo menos se incluirmos, no primeiro dêles, os atributos de pensar, discutir e discordar livremente; e, no segundo, a condição do consentimento próprio, em lugar da coerção exterior.

No campo econômico, parece difícil conciliar o socialismo radical do Estado — monopolizador da produção industrial (aí incluídos os transportes e a energia) e do comércio — com a iniciativa individual, pois a esta apenas fica franqueada uma parcela da produção agrária, exercida, cada vez mais, através de associações cooperativas.

Isso pôsto, indaguemos, ainda: será possível que o Estado, substituindo a iniciativa individual, promova eficientemente o desenvolvimento econômico e, através dêle, o bem comum da sociedade e o bem-estar social dos indivíduos?

Parece-me que a resposta a essa indagação deve ser afirmativa. O socialismo de Estado russo vem realizando, depois da última Grande Guerra — através da disciplina do trabalho, da amplitude e orientação dos investimentos e de notáveis progressos técnico-científicos — um rápido e notável desenvolvimento econômico.

É inegável que, monopolizando o Estado as atividades de produção e circulação das riquezas, poderá canalizar para os cofres públicos uma considerável massa de recursos financeiros, oriundos de lucros assim obtidos, e, ainda, de empréstimos internos, subscritos por seus funcionários e empregados (que são, praticamente, todos os agentes ativos da nação). Por outro lado, a rigidez de sua organização política — permitindo-lhe uma liberdade irrefreada para o investimento

de tais recursos, naqueles setores mais importantes ou mais necessitados — facilita um desenvolvimento rigorosamente adaptado às exigências de fortalecimento do Poder Nacional.

Até agora, os recursos disponíveis dêsse desenvolvimento econômico têm sido aplicados quase exclusiva ou predominantemente no fortalecimento da estrutura do Estado.

Mas parece que, daqui por diante — sobretudo se cessarem os efeitos perturbadores da guerra fria — a maior parte dessas enormes disponibilidades econômico-financeiras será aplicada na elevação do nível de bem-estar social do povo.

Cabem, entretanto, ainda, outras indagações: poderá a simples satisfação de nossas necessidades materiais e, mesmo, intelectuais e morais, saciar a natureza humana, com a privação dos atributos da liberdade política e da liberdade econômica?

Do meu ponto de vista pessoal e cristão, a resposta a essa pergunta deve ser negativa.

Poderá êsse bem-estar social incompleto criar e manter indefinidamente a solidariedade moral, a aglutinação interna e espontânea, a determinação unânime da nação, como expressão integrada dos seus cidadãos, para manter intangível — mesmo através dos sacrifícios de uma guerra total — um tal sistema de vida?

A meu ver, também não.

Assim, ao formidável componente material que o totalitarismo comunista está acumulando para o seu Poder Nacional, parece faltar uma componente igualmente sólida de natureza moral e psicológica, que êle não logrará desenvolver, a menos que evolua no sentido de permitir, no mínimo, a liberdade política, incompatível com o sistema atual de partido único. Mas, nesse caso, êle tenderia a transformar-se, rapidamente, numa democracia socialista.

A democracia pode, através de um planejamento adequado, resolver satisfatoriamente as equações de equilíbrio, que condicionam e conciliam, a meu ver, a realização do progresso econômico, com a liberdade política e a paz social.

Através de uma tributação racional da riqueza privada, poderá obter recursos enormes que, investidos segundo ordens

de importância e de urgência, previamente estabelecidas, conduzirão ao mesmo progresso material a que visam os regimes totalitários; e, sem dúvida, sua habilitação será bem maior que a daqueles regimes, para realizar o bem comum da sociedade e, sobretudo, o bem-estar social dos indivíduos, em condições de dar ao Poder Nacional de cada Estado a unidade psicológica e moral, sem a qual pode ser ilusória a aplicação de suas componentes materiais.

É mister, porém — repetimos —, planejar democraticamente suas atividades governamentais e privadas — mesmo que a nação já haja atingido um alto grau de desenvolvimento político, econômico e social. É o que se depreende das seguintes palavras do Presidente EISENHOWER, contidas em sua última mensagem, sobre o estado da União, ao Congresso dos Estados Unidos da América:

“Precisamos de algo mais que objetivos nacionais politicamente ordenados para canalizarmos os melhores esforços de homens e mulheres livres.

“Tenho em mente uma comissão integrada por educadores e elementos representativos dos trabalhadores e dos empresários, dos círculos financeiros e de todos os tipos de profissões úteis.

“Preocupar-se-ia a nova comissão, entre outras coisas, com o nível de vida do nosso povo, sua saúde e educação, sua certeza maior de uma vida garantida e de liberdade e maiores oportunidades. Preocupar-se-ia, também, com os métodos a serem usados para alcançarmos tais objetivos e com os níveis de governo — local, estadual ou federal — que deveriam encarregar-se particularmente de sua aplicação.”

Façamos, agora, duas últimas indagações: Diante dessas perspectivas, poderá o mundo vir a cair sob o domínio do totalitarismo comunista? E, se isso suceder, conformar-se-á a humanidade, definitivamente, com tal sistema de vida?

Uma análise prudente da questão poderá conduzir-nos a uma resposta afirmativa para a primeira dessas perguntas; não, porém, para a segunda.

As razões disso aqui as damos:

Infelizmente, o povo-massa das nações subdesenvolvidas (que ainda constitui a maioria da humanidade) e, mes-

mo, boa parte do povo de algumas nações já em pleno processo de desenvolvimento, não estão em condições de maturidade intelectual para analisar as vantagens e desvantagens da democracia e do totalitarismo, e optar, razoavelmente, pelo mal menor.

Na luta que ora divide o mundo ocidental, capitalista e democrático, do mundo oriental, comunizado e totalitário — é de esperar-se que o favor das massas necessitadas e incultas penda para aquêle dos dois lados que lhes parecer mais capaz de melhorar, em menor prazo, o seu bem-estar social. (E cabe lembrar aqui, em seu favor, que a liberdade sem pão não constitui menor servidão que o pão sem liberdade.)

Impõe-se, portanto, que as democracias planejem corajosamente o seu desenvolvimento econômico, fazendo dêle, através da ação normadora e ordenadora do Estado, um meio eficiente de realização do bem-estar social do povo-massa.

Para isso, faz-se mister modificar, preliminarmente, três estatutos que ora perturbam relações internas e externas do nosso mundo ocidental: o monopólio capitalista dos lucros da empresa; o imperialismo econômico; e o colonialismo político das grandes potências contra as nações fracas.

Impõe-se o abrandamento, dentro de cada nação, do egoísmo capitalista, pela prática de uma justiça distributiva que reparta equitativamente, entre o trabalho e o capital, os lucros da empresa, e, complementarmente, uma ampliação da justiça social em condições de amparar as famílias dos trabalhadores, independentemente da remuneração do seu trabalho.

Externamente, faz-se mister, de um lado, coibir a cobiça imperialista, que envenena as relações econômicas entre Estados poderosos e nações subdesenvolvidas — a começar pelo combate aos trustes internacionais e às suas vinculações políticas; e, de outro lado, a abolição definitiva do anacronismo colonialista, que está gerando crises generalizadas e explosivas entre os povos coloniais afro-asiáticos — pela concessão de um estatuto de independência progressiva a êsses povos, sob a tutela da Organização das Nações Unidas — embora sem prejuízo da faculdade de cada um dêles confederar-se, livremente, com os Estados de que ora dependem.

Efetivamente: o egoísmo capitalista está conduzindo indivíduos de tôdas as classes, em todo o mundo democrático, para o credo comunista; e, outro tanto está conseguindo, a varejo, dentro de cada nação subdesenvolvida, o ranço imperialista de algumas de suas atividades internacionais.

Mas o colonialismo é o meio idôneo para arrastar nações inteiras, por atacado, à esfera de influência do totalitarismo soviético.

Se tais males não forem combatidos, a situação do mundo poderá pender, irremediavelmente, para a sua comunização.

De qualquer forma, porém — mesmo que a cegueira egoística do capitalismo, a sêde insaciável do imperialismo econômico e a blasfêmia antidemocrática do colonialismo político acabem por arrastar o mundo inteiro à servidão do totalitarismo comunista —, ainda assim não creio que o comunismo vingue como solução definitiva para os problemas que hoje angustiam e dividem a humanidade.

Penso, a êsse respeito, como o eminente historiador britânico, ARNOLD TOYNBEE: “Os recentes sucessos russos, arrebatando a iniciativa do Ocidente, graças à apropriação de uma heresia ocidental chamada comunismo, e à sua irradiação, sob forma de gás letal anti-Ocidente — não significa que o comunismo esteja fadado a prevalecer. A visão de MARX parece aos olhos não marxistas demasiado estreita e mal estruturada para satisfazer, permanentemente, os corações e os espíritos humanos”. *

E, também, de acôrdo com estas palavras do Presidente EISENHOWER, ainda extraídas de sua já citada mensagem ao Congresso dos Estados Unidos: “Lembremos, finalmente, que o credo marxista não é novo, não é o credo do futuro. Seu objetivo básico é a ditadura — velha como a história. O que é novo é a brilhante perspectiva de que o homem pode construir um mundo livre, onde todos possam viver com dignidade”.

* *The World and the West*, Oxford University, New York & London, 1952.